



Estado do Rio de Janeiro
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA MANSA

Interessado: Ex. Prefeito Municipal

Nº Proc. 000685/2022

Data: 14 / 10 / 2022

Mensagem nº 28: **ASSUNTO** Revoga o inciso II do parágrafo 4º do artigo 84 da Lei Orgânica e insere o parágrafo 7º ao referido artigo.

Valor: _____ Nº _____

Data do Pagamento: ____/____/____

A N D A M E N T O

SETOR	DATA	OBSERVAÇÕES

OBSERVAÇÕES: (Pedido de Vistas, Adiamentos, etc.)

RESERVADO À SECRETARIA:



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA MANSA
Gabinete do Prefeito

MENSAGEM Nº 28

Em 05 de outubro de 2022.

Ao Exmo. Sr.
LUIZ ANTONIO FURLANI FILHO
Presidente da Câmara Municipal de Barra Mansa

Senhor Presidente,

O transporte público de passageiros vem passando por severas dificuldades em todo país, não só pela queda drástica no número de passageiros transportados desde a eclosão da pandemia do Covid-19. Todos os custos do transporte de passageiros vêm passando por uma escalada de aumento após a pandemia, entre eles o custo do diesel que está em alta em consequência econômica da guerra na Ucrânia.

Mesmo após a retomada econômica no “novo normal”, a demanda de passageiros ainda não retornou ao patamar anterior ao evento pandêmico, até por conta da concorrência praticada por outros modais, como o transporte remunerado individual (representado pelo UBER e outros), assim como o preço do óleo diesel segue impactando gravemente a planilha de custo da operação, visto que a redução do valor dos impostos sobre gasolina não surtiu o mesmo efeito na redução do preço do diesel.

Tanto é que a Emenda Constitucional n. 123/2022 dispôs sobre o aporte de R\$ 2.500.000.000,00 da União Federal para os Municípios e Estados custearem a gratuidade concedida aos maiores de 65 anos, a fim de atenuar o déficit operacional com o qual tal segmento tem atuado.

Em nossa cidade o transporte é sustentado unicamente pela tarifa que os passageiros pagantes desembolsam quando do embarque, a qual fora reajustada em maio de 2021. Contudo, ainda se percebe o desequilíbrio do sistema de transporte público municipal, que inegavelmente vem sofrendo mudanças ao longo do tempo, sendo necessárias medidas para manutenção do equilíbrio econômico sem onerar de forma demasiada o usuário.

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA MANSA
RECEBEMOS
EM 14 / 10 / 2022
HORA 10:45 Nº 685
Paula Adul
FUNCIONÁRIO



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA MANSA
Gabinete do Prefeito

Logo, a fim de reduzir esse desequilíbrio econômico, o custeio da passagem concedida aos alunos da rede pública municipal se mostra como uma medida que não resultará em novo aumento tarifário e que possibilitará a continuidade do transporte escolar sem ônus para os estudantes da Rede Pública Municipal de Ensino.

A oferta de transporte escolar constitui política pública de fundamental importância para acesso e permanência dos alunos nas escolas e a aprovação do presente projeto é de extrema importância para a manutenção desse direito.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos

Atenciosamente,



RODRIGO DRABLE COSTA

Prefeito



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA MANSA
Gabinete do Prefeito

A CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA MANSA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE

LEI COMPLEMENTAR Nº , DE DE DE 2022.

Ementa: Revoga o inciso II do parágrafo 4º do artigo 84 da Lei Orgânica e acresce o parágrafo 7º ao referido artigo.

Art. 1º- Fica revogado o inciso II do parágrafo 4º do artigo 84 da Lei Orgânica.

Art. 2º- O artigo 84 da Lei Orgânica do Município fica acrescido dos parágrafos 7º e 8º com as seguintes redações.

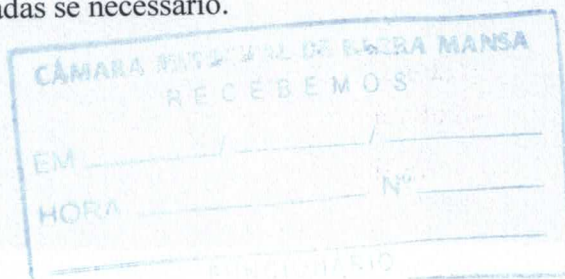
“Art 84 - ...

§ 7º- O Município será responsável pelo pagamento de tarifas nos transportes coletivos urbanos dos alunos da rede pública municipal devidamente uniformizados, em condições definidas por decreto.”

§ 8º- O valor da tarifa referente aos alunos da rede pública municipal de ensino fica fixado em cinquenta por cento do valor da tarifa normal.

Art. 3º- O Poder Executivo regulamentará o direito previsto no artigo anterior para a sua efetiva aplicação por meio de decreto.

Art. 4º- As despesas para a execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

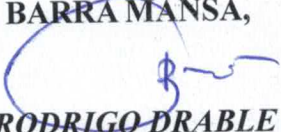




Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA MANSA
Gabinete do Prefeito

Art. 5º- Revogadas as disposições em contrário, esta Ementa entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA MANSA, DE DE 2022.


RODRIGO DRABLE COSTA
PREFEITO



Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Barra Mansa – Estado do Rio de Janeiro

Assunto: RELATÓRIO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO Nº 012/2022

Projeto de Lei que revoga o inciso II do parágrafo 4º do artigo 84 da Lei Orgânica e acresce o parágrafo 7º ao referido artigo – Processo Administrativo nº 11733/2022.

I – INTRODUÇÃO

Vamos à análise das exigências impostas pela legislação infraconstitucional, mais especificamente, pela Lei Federal nº 101 de 04 de Maio de 2001 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O presente projeto de Lei autorizativo que revoga o inciso II do parágrafo 4º do artigo 84 da Lei Orgânica e acresce o parágrafo 7º ao referido artigo, criando despesas e expandindo a ação governamental, demandando não apenas previsão em lei específica, mas também atendimento a outras condições previstas nas legislações infraconstitucionais.

O relatório de folha 04, em apenso comprovam os seguintes números:

- Total de alunos: 2885
- Dias Letivos: 200
- Quantidade de passagens por dia: 2
- 50% do valor atual da passagem: R\$ 2,20
- Total: R\$ 2.538.800,00

Nesta seara de raciocínio, trazemos a baila o disposto no artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que registra o seguinte:

1



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Barra Mansa
Secretaria Municipal de Finanças
Gabinete do Secretário



"Art. 16". A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.



Para este caso concreto, necessário o cumprimento das seguintes condições impostas pelo dispositivo legal acima colacionado:

1ª – O projeto de Lei deve ser acompanhado de estimativa do impacto orçamentário financeiro nos exercícios de 2022, 2023 e 2024, demonstrando que não afetará as metas fiscais;

2ª – O Projeto de Lei deve atender ao disposto na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021;

3ª – O Projeto deve estar previsto no Demonstrativo de Receita e Despesa da LOA – lei Orçamentária Anual de 2021.

Passemos a demonstração de atendimento das condições acima enumeradas:

II – ADEQUAÇÃO DO PROJETO E DESPESAS COM A LDO, LOA E PPA:

O Projeto em exame, que cria despesas e amplia a atuação governamental está previsto na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021, no Demonstrativo da Receita e Despesa da LOA – Lei Orçamentária Anual de 2021, no PPA, AMF- Demonstrativo 1, Anexo 1 e 2, Adendo II e III – Órgão 12 Unidade 01, devendo ser feita sua adequação nos termos do § 1º, incisos I e II, do artigo 16, da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2001.

III – DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO – FINANCEIRO DECORRENTE DO PROJETO DE LEI QUE REVOGA O INCISO II DO PARÁGRAFO 4º DO ARTIGO 84 DA LEI ORGÂNICA E ACRESCE O PARÁGRAFO 7º AO REFERIDO ARTIGO:

1 – Considerando a Receita Orçada para 2022 - R\$ 598.100.000,00 (quinhentos e noventa e oito milhões e cem mil reais), teríamos o seguinte impacto:



1.1 – ORÇAMENTÁRIO: O projeto em exame criará uma despesa estimada de R\$ 2.538.800,00 (dois milhões e quinhentos e trinta e oito mil e oitocentos reais). Passemos ao cálculo: $R\$ 2.538.800,00 \times 100 / R\$ 598.100.000,00 =$ **0,42% da Receita Orçada.**

1.2 – FINANCEIRO: R\$ 598.100.000,00 (receita orçada) - R\$ 57.110.479,00 (déficit financeiro até Dezembro/2021 – restos a pagar processados e não processados – considerando uma amortização de 15% no saldo 31/12/2021, no exercício de 2022) = R\$ 540.989.521,00. Passemos ao cálculo: $R\$ 2.538.800,00 \times 100 / R\$ 540.989.521,00 =$ **0,46%.**

2 – Considerando a Receita Orçada para 2023 - R\$ 627.600.000,00 (seiscentos e vinte e sete milhões e seiscentos mil reais), teríamos o seguinte impacto:

2.1 – ORÇAMENTÁRIO: O projeto em exame criará uma despesa estimada de R\$ 2.538.800,00 (dois milhões e quinhentos e trinta e oito mil e oitocentos reais). Passemos ao cálculo: $R\$ 2.538.800,00 \times 100 / R\$ 627.600.000,00 =$ **0.40% da Receita Orçada.**

2.2 – FINANCEIRO: R\$ 627.600.000,00 (receita orçada) - R\$ 48.543.907,15 (déficit financeiro/2021 – considerando uma amortização de 15% no saldo de 31/12/2021, no exercício de 2023) = R\$ 579.056.092,85 Passemos ao cálculo: $R\$ 2.538.800,00 \times 100 / R\$ 579.056.092,85 =$ **0,43%.**

3 – Considerando a Receita Orçada para 2024 - R\$ 656.100.000,00 (seiscentos e cinquenta e seis milhões e cem mil reais), teríamos o seguinte impacto:

3.1 – ORÇAMENTÁRIO: O projeto em exame criará uma despesa estimada de R\$ 2.538.800,00 (dois milhões e quinhentos e trinta e oito mil e oitocentos



reais). Passemos ao cálculo: $R\$ 2.538.800,00 \times 100 / R\$ 656.100.000,00 =$

0,38% da Receita Orçada.

3.2 – FINANCEIRO: $R\$ 656.100.000,00$ (receita orçada) - $R\$ 43.689.516,44$ (déficit financeiro/2021 – considerando uma amortização de 10% no saldo de 31/12/2021, no exercício de 2024) = $R\$ 612.410.483,56$ Passemos ao cálculo: $R\$ 2.538.800,00 \times 100 / R\$ 612.410.483,56 =$ **0,41%.**

4 - Por fim, podemos afirmar, que diante dos índices apurados acima, o Projeto de Lei que Revoga o inciso II do parágrafo 4º do artigo 84 da Lei Orgânica e acresce o parágrafo 7º ao referido artigo não comprometerá o cumprimento das metas fiscais.

IV – CONCLUSÃO

Face ao exposto, concluímos que, poderá ser absorvida pelos orçamentos, o **Projeto de Lei que Revoga o inciso II do parágrafo 4º do artigo 84 da Lei Orgânica e acresce o parágrafo 7º ao referido artigo** em conformidade com a LDO, LOA e PPA, por representar, tão somente, Impactos Orçamentários e Financeiros, respectivamente, de **0,42% e 0,46% (2022), 0,40% e 0,43% (2023) e 0,38% e 0,41% (2024)** e não representará efeito danoso, ou seja, que possa comprometer as metas fiscais, para os exercícios mencionados, conforme comprovam os números expostos e os documentos anexos a este relatório.

Barra Mansa, 14 de setembro de 2022.


LEONARDO RAMOS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Finanças

Mat. 17.724/PMBM